

	Colégio Estadual Dr. Eduardo Bahiana
	Data: ____/____/____ Turma: ____
	Aluno: _____
	Professor: Manuel Antonio
	Disciplina: Filosofia

1ª LISTA DE FILOSOFIA 3º Ano 2020 1ª Unidade

Questão 01 (ENEM-2012)

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma condição estranha, continuam, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida.

KANT, I. **Resposta à pergunta:** o que é esclarecimento? Petrópolis: Vozes, 1985 (adaptado).

Kant destaca no texto o conceito de Esclarecimento, fundamental para a compreensão do contexto filosófico da Modernidade. Esclarecimento, no sentido empregado por Kant, representa

- a reivindicação de autonomia da capacidade racional como expressão da maioridade.
- o exercício da racionalidade como pressuposto menor diante das verdades eternas.
- a imposição de verdades matemáticas, com caráter objetivo, de forma heterônoma.
- a compreensão de verdades religiosas que libertam o homem da falta de entendimento.
- a emancipação da subjetividade humana de ideologias produzidas pela própria razão.

Questão 02 (ENEM-2016-PPL)

Os ricos adquiriram uma obrigação relativamente à coisa pública, uma vez que devem sua existência ao ato de submissão à sua proteção e zelo, o que necessitam para viver; o Estado então fundamenta o seu direito de contribuição do que é deles nessa obrigação, visando a manutenção de seus concidadãos. Isso pode ser realizado pela imposição de um imposto sobre a propriedade ou a atividade comercial dos cidadãos, ou pelo estabelecimento de fundos e de uso dos juros obtidos a partir deles, não para suprir as necessidades do Estado (uma vez que este é rico), mas para suprir as necessidades do povo.

KANT, I. *A metafísica dos costumes*. Bauru: Edipro, 2003

Segundo esse texto de Kant, o Estado

- deve sustentar todas as pessoas que vivem sob seu poder, a fim de que a distribuição seja paritária.
- está autorizado a cobrar impostos dos cidadãos ricos para suprir as necessidades dos cidadãos pobres.
- dispõe de poucos recursos e, por esse motivo, é obrigado a cobrar impostos idênticos dos seus membros.
- delega aos cidadãos o dever de suprir as necessidades do Estado, por causa do seu elevado custo de manutenção.

- tem a incumbência de proteger os ricos das imposições pecuniárias dos pobres, pois os ricos pagam mais tributos.

Questão 03 (ENEM-2012-PPL)

Uma pessoa vê-se forçada pela necessidade a pedir dinheiro emprestado. Sabe muito bem que não poderá pagar, mas vê também que não lhe emprestarão nada se não prometer firmemente pagar um prazo determinado.

Sente a tentação de fazer a promessa; mas tem ainda consciência bastante para perguntar a si mesma: não é proibido e contrário ao dever livrar-se de apuros desta maneira? Admitindo que se decida a fazê-lo, a sua máxima de ação seria: quando julgo estar em apuros de dinheiro, vou pedi-lo emprestado e prometo pagá-lo, embora saiba que tal nunca sucederá.,

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

De acordo com a moral Kantiana, a falsa promessa de pagamento” representada no texto

- assegura que a ação seja aceita por todos a partir da livre discussão participativa.
- garante que os efeitos das ações não destruam a possibilidade da vida futura na terra.
- opõe-se ao princípio de que toda ação do homem possa valer como norma universal.
- materializa-se no entendimento de que os fins da ação humana podem justificar os meios.
- permite que a ação individual produza a mais ampla felicidade para as pessoas envolvidas.

Questão 04

(ENEM-2016-PPL)



QUINO. *Mafalda*. Disponível em: www.revistaepoca.com.br/pt/2015/01/28/revista-28-jan-2015/

A figura do inquilino ao qual o personagem da tirinha se refere é o (a)

- constrangimento por olhares de reprovação
- costume imposto aos filhos por coação
- consciência da obrigação moral
- pessoa habitante da mesma casa.
- temor de possível castigo.

Questão 05 (ENEM-2013)

Até hoje admitia-se que nosso conhecimento se devia regular pelos objetos; porém, todas as tentativas para descobrir, mediante conceitos, algo que ampliasse nosso conhecimento, malogravam-se com esse pressuposto.

Tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1994 (adaptado).

O trecho em questão é uma referência ao que ficou conhecido como revolução copernicana na filosofia. Nele, confrontam-se duas posições filosóficas que

- a) assumem pontos de vista opostos acerca da natureza do conhecimento.
- b) defendem que o conhecimento é impossível, restando-nos somente o ceticismo.
- c) revelam a relação de interdependência entre os dados da experiência e a reflexão filosófica.
- d) apostam, no que diz respeito às tarefas da filosofia, na primazia das ideias em relação aos objetos.
- e) refutam-se mutuamente quanto à natureza do nosso conhecimento e são ambas recusadas por Kant.

Questão 06 (ENEM-2015-PPL)

A pura lealdade na amizade, embora até o presente não tenha existido nenhum amigo leal, é imposta a todo homem, essencialmente, pelo fato de tal dever estar implicado como dever em geral, anteriormente a toda experiência, na ideia de uma razão que determina a vontade segundo princípios a priori.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Barcarolla, 2009.

A passagem citada expõe um pensamento caracterizado pela:

- a) eficácia prática da razão empírica.
- b) transvaloração dos valores judaico-cristãos.
- c) recusa em fundamentar a moral pela experiência.
- d) comparação da ética a uma ciência de rigor matemático.
- e) importância dos valores democráticos nas relações de amizade.

Questão 07 (ENEM-2012-PPL)

Um Estado é uma multidão de seres humanos submetida a leis de direito. Todo Estado encerra três poderes dentro de si, isto é, a vontade unida em geral consiste de três pessoas: o poder soberano (soberania) na pessoa do legislador; o poder executivo na pessoa do governante (em consonância com a lei) e o poder judiciário (para outorgar a cada um o que é seu de acordo com a lei) na pessoa do juiz.

KANT, I. *A metafísica dos costumes*. Bauru: EDIPRO, 2003.

De acordo com o texto, em um Estado de direito

- a) a vontade do governante deve ser obedecida, pois é ele que tem o verdadeiro poder.
- b) a lei do legislador deve ser obedecida, pois ela é a representação da vontade geral.
- c) o Poder Judiciário, na pessoa do juiz, é soberano, pois é ele que outorga a cada um o que é seu.
- d) o Poder Executivo deve submeter-se ao Judiciário, pois depende dele para validar suas determinações.
- e) o Poder Legislativo deve submeter-se ao Executivo, na pessoa do governante, pois ele que é soberano.

Questão 08 (ENEM-2018-PPL)

Uma criança com deficiência mental deve ser mantida em casa ou mandada a uma instituição? Um parente mais velho que costuma causar problemas deve ser cuidado ou podemos pedir que vá embora? Um casamento infeliz deve ser prolongado pelo bem das crianças?

MURDOCH, I. *A soberania do bem*. São Paulo: Unesp, 2013.

Os questionamentos apresentados no texto possuem uma relevância filosófica à medida que problematizam conflitos que estão nos domínios da

- a) política e da esfera pública.
- b) teologia e dos valores religiosos.
- c) lógica e da validade dos raciocínios.
- d) ética e dos padrões de comportamento.
- e) epistemologia e dos limites do conhecimento.

Questão 09 (ENEM 2019)

TEXTO I

Duas coisas enchem o ânimo de admiração e veneração sempre crescentes: o céu estrelado sobre mim e a lei moral em mim.

KANT, I. *Crítica da razão prática*. Lisboa: Edições 70, s/d (adaptado).

TEXTO II

Duas coisas admiro: a dura lei cobrindo-me e o estrelado céu dentro de mim.

FONTELA, O. Kant (relido). In: *Poesia completa*. São Paulo: Hedra, 2015.

A releitura realizada pela poeta inverte as seguintes ideias centrais do pensamento kantiano:

- a) Possibilidade da liberdade e obrigação da ação.
- b) A prioridade do juízo e importância da natureza.
- c) Necessidade da boa vontade e crítica da metafísica.
- d) Prescindibilidade do empírico e autoridade da razão.
- e) Interioridade da norma e fenomenalidade do mundo.

Questão 10 (Ufsm 2015)

A necessidade de conviver em grupo fez o homem desenvolver estratégias adaptativas diversas. Darwin, num estudo sobre a evolução e as emoções, mostrou que o reconhecimento de emoções primárias, como raiva e medo, teve um papel central na sobrevivência. Estudos antigos e recentes têm mostrado que a moralidade ou comportamento moral está associado a outros tipos de emoções, como a vergonha, a culpa, a compaixão e a empatia. Há, no entanto, teorias éticas que afirmam que as ações boas devem ser motivadas exclusivamente pelo dever e não por impulsos ou emoções. Essa teoria é a ética

- a) deontológica ou kantiana.
- b) das virtudes.
- c) utilitarista.
- d) contratualista.
- e) teológica.

Questão 11 (Ufu 2012)

O texto abaixo comenta alguns aspectos da reflexão de Immanuel Kant sobre a ética.

E por que realizamos atos contrários ao dever e, portanto, contrários à razão? Kant dirá que é porque nossa vontade é também afetada pelas inclinações, que são os desejos, as paixões, os medos, e não apenas pela razão. Por isso afirma que devemos educar a vontade para alcançar a boa vontade, que seria aquela guiada unicamente pela razão.

COTRIM, G.; FERNANDES, M. Fundamentos de Filosofia. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 301.

Sobre a reflexão ética de Kant, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A ação por dever é aquela que exclui todas as determinações advindas da sensibilidade, como os desejos, as paixões e os medos.
 - b) A ação por dever é aquela que reflete um meio termo ou um equilíbrio entre as determinações das inclinações e as determinações da razão.
 - c) A ação por dever é uma expressão da boa vontade, na medida em que exige que a mesma regra, escolhida para certo caso, possa ser utilizada por todos os agentes racionais.
 - d) A ação por dever está fundada na autonomia, ou seja, na capacidade que todo homem tem de escolher as regras que sua própria razão construiu.
-